
Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Resumo

No atual contexto de volta aos estudos referentes ao passado do Português Brasileiro, apresenta-se uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no Brasil. Com base em dados de demografia histórica, mobilidade geográfica e social da população africana e de afro-descendentes e na ausência de escolarização desse numeroso contingente populacional, propõe-se que o chamado "português popular brasileiro" deve o seu "formato" atual à maneira como foi adquirido o Português por esse significativo segmento populacional que o difundiu por todo o território brasileiro.

Palavras-chave: lingüística histórica; história social; formação do português brasileiro.

Os homens fazem a língua, e não a língua os homens.
(Fernão de Oliveira 1975[1536]: 43)

Uma multidão obscura que jamais teve voz própria.
(Kátia Mattoso 1990[1979]: 11)

1 Desdobrando as epígrafes, a modo de introdução

Nesta exposição, escolhi como primeira epígrafe o ponto de vista de quem primeiro explicitou uma reflexão sobre a língua portuguesa, na sua *Gramática da linguagem portuguesa* de 1536, mesmo ponto de vista que encontramos defendido por Antoine MEILLET, em 1928, no clássico *Esquisse d'une histoire de la langue latine* - "A história política de Roma e a história da civilização romana explicam a história da língua latina" (p. 5, tradução minha).

Provavelmente Antoine Meillet nunca terá lido a gramática de Fernão de Oliveira. Esse ponto de vista, que ambos defendem, com cinco séculos de distância, percorre os estudos históricos sobre as línguas e é uma posição básica de quem faz Linguística Histórica, embora se possa aceitar, como o fazem muitos diacronistas, não necessariamente historicistas, que há mudanças nas línguas - a mudança é o centro da Linguística Histórico-diacrônica - que são predizíveis, sem interferências de fatores externos de natureza sócio-histórica. Como, por exemplo e *en passant* é o caso do gerativista diacronista David Lightfoot que, no seu último livro (1999, p. 264), admite que em áreas limitadas ou em certos domínios é possível fazerem-se predições, são essas as mudanças necessárias, encadeadas, em que uma mudança serve de gatilho para outras.

Escolhida essa primeira epígrafe, já enuncio, à partida, minha posição no que se refere à abordagem teórico-metodológica que adoto, e adotarei neste texto, na tentativa de compreender e interpretar uma das questões que envolvem a formação e as características do português brasileiro.

A segunda epígrafe escolhida foi motivada pelo foco dessa exposição que se centrará na busca de uma interpretação para a difusão generalizada da língua portuguesa, no seu formato brasileiro, em nosso tão extenso, e de complexa história linguística, território nacional. Essa "multidão obscura que jamais teve voz própria", na expressão da historiadora especialista no Brasil colonial e na escravidão do Brasil, Kátia Mattoso, no seu livro já clássico *Ser escravo no Brasil*, cuja primeira edição é francesa e de 1979.

Essa "multidão obscura" não teve "voz" na sociedade brasileira, porque desde a terceira década do século XVI até 1888, fins do século XIX, teve o papel social de coisa, objeto, mercadoria. Só que, como "mercadoria humana", tinha voz - ouvia, falava -, aqui, portanto, "voz" não mais no sentido metafórico utilizado pela historiadora, e será essa voz, a meu ver - sobre isso argumentarei no item 3 deste texto - que marcou, reformatou, deu o tom à gramática do vernáculo brasileiro, vernáculo entendido como língua materna de falantes com história de vida familiar e

peçoal, sem interferência da escolarização, ou, se quisermos, do chamado português popular brasileiro ou normas vernáculas que interpenetram o chamado português culto ou normas cultas.

De antemão, quero deixar claro que não entrarei no debate já secular da crioulização prévia *versus* deriva natural, tão discutido nesses recentes anos em estudos sucessivos de Alan Baxter e de Dante Lucchesi (veja-se, por exemplo, Baxter, 1988 e Lucchesi e Baxter, 1997), também por Anthony Naro e Martha Scherre (1993). Já externei a minha posição quanto a essa questão (1999a e b). Apenas direi que a crioulização prévia não pode ser descartada para certos locais nos interiores rurais brasileiros, como aliás defendem A. Baxter e D. Lucchesi, mas não se justifica para o geral do Brasil. Também queria de antemão afirmar que devíamos superar, para a compreensão do português brasileiro em geral, uma orientação antiga e tradicional, mas ainda viva, que é a de buscar "influências" das línguas africanas no português brasileiro, tal como se faz para a busca das influências das línguas indígenas. Influência envolve uma perspectiva de natureza superficial, tópica, embora significativa e curiosa, mas de caráter aleatório. Buscarei argumentar no sentido de que, com base em fatores sócio-históricos ou da história social brasileira, a "voz" africana e dos afro-descendentes, adquirindo necessariamente, como veremos, a língua dos colonizadores, a portuguesa, como língua segunda, na oralidade do quotidiano diversificado e multifacetado, sem o controle normativizador explícito da escolarização, reestruturou o português europeu, que no Brasil começa a chegar em 1500 e sucessivamente ao longo do período colonial e, no século XIX, em contingentes significativos, com a emigração.

2 Breve síntese de algumas questões para a compreensão histórica do português brasileiro

Pode-se afirmar, com certa margem de segurança, que até meados do século XVIII, o multilingüismo generalizado caracterizou o território brasileiro. Multilingüismo que perdura até hoje, mas localizado, porque, apesar de a língua portuguesa ser a língua oficial (não mais nacional, desde a Constituição Federal de 1988) e amplamente majoritária no Brasil, persistem/resistem entre 150 a 180 línguas autóctones indígenas, também consideradas nacionais, usadas por uma população à volta de 260.000 indivíduos, mínima parte da população geral do Brasil que será de 157.000.000, segundo contagem de população feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Minorias lingüísticas que, necessariamente, vêm adquirindo a língua portuguesa, mas que, cada vez mais, se tornam conscientes da também necessária preservação de suas culturas e de suas línguas. Na maioria estão concentradas aquelas populações, que não perderam a sua língua, na área Amazônica, na parte norte do Brasil Central, nas fronteiras com a hispano-américa, pontilhando em outros pontos do Brasil: no Nordeste o Yathé ou Fulniô, em Pernambuco; o Maxakali em Minas Gerais; o Xókleng, Kaingang e Guarani

em pontos da região Sul do Brasil e nas fronteiras com o Paraguai. Para além das línguas autóctones, há as línguas da emigração, em comunidades bi-multilíngües, sobretudo de São Paulo para o Sul, que chegaram, a partir do século XIX, em nosso país.

Quanto às línguas indígenas, admite-se que, no início da colonização portuguesa, no que viria a ser Brasil, se usavam mais de mil línguas indígenas, de vários troncos e famílias lingüísticas. Cálculo recente, elaborado por um especialista renomado na questão, Aryon Rodrigues (1993, p. 91), propõe que teriam sido, nos inícios da colonização, 1.175, das quais 85% desapareceram no período colonial, depois e continuam a desaparecer, ou porque os seus falantes se integraram na sociedade nacional, ou porque foram dizimados intencionalmente ou por epidemias. Dos calculados cinco milhões de indígenas em 1500, diversos cultural e lingüisticamente em mais de 1.500 povos, admite-se 800.000 ao fim da colonização, talvez 300.000, no fim do Império, em 1822, cerca de 262.000 hoje (GOMES, 1993, p. 63-64)

Sabe-se, também, desde o século XVI, graças aos primeiros cronistas e historiógrafos sobre o Brasil, alguns deles jesuítas, que começaram a chegar ao Brasil com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549, que havia uma certa homogeneidade cultural e lingüística, ao longo do litoral, a partir do Rio Grande do Norte, e também na Bacia do Paraná/Paraguai, em que predominavam povos indígenas do tronco tupi, sobretudo da família lingüística tupi-guarani e, em vários pontos litorâneos, os tupinambás e os tupiniquins, inimigos históricos, mas de línguas da família tupi-guarani muito semelhantes, como já destaca, em 1587, Gabriel Soares de Souza (1989, p. 44). Com essa homogeneidade litorânea, tornou-se possível a gramaticização da *Língua mais falada na costa do Brasil*, título muito adequado da gramática do Pe. José de Anchieta, publicada em 1595, e que serviu de base para a catequese inicial e, provavelmente, para a sua aprendizagem pelos primeiros colonizadores letrados. Essa língua mais usada na costa do Brasil estará na base do que só no século XVIII veio a se designar de *língua geral* (RODRIGUES, 1986, p. 99). Esse mesmo especialista distingue duas línguas gerais, a paulista, de base tupiniquim e/ou guarani, que terá sido a língua de intercomunicação entre colonizadores, colonos e índios nas bandeiras para os interiores do Brasil, a partir de São Paulo, no século XVII, e a língua geral amazônica, de base tupinambá, que, a partir do Maranhão, começou a avançar na colonização da *babélica* Amazônia, adjetivo recorrente nos escritos do Pe. Antônio Vieira.

Os destinos dessas duas línguas gerais indígenas são distintos - outras terá havido, como a *língua geral cariri*, nos interiores sertanejos nordestinos, de base macro-jê, tronco lingüístico próprio às famílias lingüísticas de maior expansão nos interiores brasileiros, os célebres *tapuias* da documentação colonial.

A língua geral amazônica, documentada amplamente, conforme Aryon Rodrigues, continua ainda em uso, modificada, é claro, no

chamado *nheengatu* do médio Rio Negro, do rio Xié, da Bacia do Içana, das fronteiras com a Venezuela (TAYLOR, 1988, p. 5-6).

A língua geral paulista, precariamente documentada, terá sido, na tradição dos estudos históricos sobre o português brasileiro, a língua da colonização de São Paulo e suas extensões interioranas, áreas de Minas Gerais e Mato Grosso, por exemplo. O historiador John Manuel MONTEIRO, especialista em história indígena no Brasil, no seu livro de 1995 - *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (p. 154-187), com base em documentação arquivística ampla, levanta a interessante hipótese, que precisa ser aprofundada, que é a de que muito do que se designa por língua geral, na documentação colonial daquela área do Brasil, poderia ser confundido com o que nas suas palavras seria "o português colonial, corrompido por barbarismos africanos e indígenas" (p. 165), não percebido pelos colonizadores que o identificariam com a língua geral e afirma que, no período que estuda, séculos XVI e XVII

O domínio da língua geral ou qualquer outra língua indígena era considerado uma respeitável especialidade. (p. 165).

O que recobre o significante *língua geral*, no passado colonial brasileiro, ainda precisa de, a meu ver, minuciosa e precisa investigação.

Enriquecer-se-á esse multilingüismo autóctone, em contacto com o português do colonizador, com os africanos, à força trazidos para o Brasil, oficialmente a partir de 1549, mas já solicitados escravos africanos pelo donatário Duarte Coelho, da Capitania de Pernambuco, em 1539, e pelo donatário da capitania de São Tomé, Pero de Góis, em 1545. Após a instalação do primeiro governo geral, em 1549, estabelece-se o tráfico regular e estimula-se a importação de africanos para o Brasil. Já no fim do século XVI, segundo o historiador português Jorge Couto e conforme suas palavras:

nos finais de Quinhentos, a presença Africana (42%) já se estendia a todas as capitanias, ultrapassando no conjunto, qualquer um dos outros grupos - Portugueses (30%) e Índios (28%), apresentando um crescimento espetacular nas capitanias de Pernambuco e Bahia, esta última sextuplicando seus habitantes negros. (1992, p. 278)

Teria o Brasil, ao findar o primeiro século colonial, 101.750 habitantes, seguindo o referido historiador, friso eu, 42% de africanos.

A historiografia sobre a escravidão no Brasil define as áreas africanas de onde procederam os africanos escravizados e, em síntese, retomo o que informa a historiadora Kátia Mattoso (1990, p. 22-23) sobre os grandes *ciclos* do tráfico: no século XVI, o *ciclo da Guiné*, da África ao norte do Equador que traz para o Brasil "wolofs, mandingas, sonrais, mosis, haussás e peuls", genericamente chamados de sudaneses; o *ciclo do Congo-Angola*, com os bântus da África Equatorial e Central; o *terceiro ciclo*, no século XVIII, novamente com predominância sudanesa e que se desdobra, a partir do século XVIII, no que designa Kátia Mattoso de *ciclo propriamente baiano*, o da baía de Benin, também com domínio sudanês;

e, no século XIX, ultrapassando 1830, já como tráfico ilegal, os escravos seriam um pouco de toda parte, com predominância de Angola e Moçambique, área bântu.

Quantas línguas africanas chegaram ao Brasil?

Em recente artigo, *Portugais du Brésil et langues africaines* (1988, p. 73), Emilio Bonvini e Margarida Petter, especialistas na questão das línguas africanas e delas no Brasil, dizem que se pode estimar que, falantes, à volta de 200/300 línguas africanas, chegaram com o tráfico e se repartem essas línguas em duas grandes áreas de proveniência:

A - A área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente diversificadas: "(i) 'oeste atlântico' (fulfuldé, wolof, serei, temre...); (ii) 'mande' (mandiga, principalmente); (iii) 'kwa' ou 'ghe' (ewe, gen, oj'á, fon, designadas como *jeje* no Brasil; (iv) benuê-congo, principalmente falares yorubá, designados no Brasil por *nagô-ketu*, nupe, igbó, ijó; (v) 'tchadico' (haussá) e (vi) 'nilosaharianá' (kanuri).

B - A área bântu, limitada à costa oeste africana (atuais Congo, Zaire e Angola), só mais tarde à costa leste (Moçambique). Essa área, diferente da anterior, apresenta-se tipologicamente homogênea, teria sido a da maioria dos escravos, distinguindo os autores: o *Kikongo* (H10), do antigo reino do Congo; o *Kimbumdu* (H20), da região central de Angola, antigo reino Ndongo e o *umbundo* (R10), da região de Benguela em Angola.

A constante bântu no tráfico negreiro parece-me que é consensual entre os especialistas e, segundo Alberto MUSSA, na sua dissertação de Mestrado, *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, em tabela sobre os percentuais das línguas africanas trazidas pelo tráfico, indica para os escravos de línguas da família bântu 35%, 65%, 64% e 50% para, respectivamente, os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX (1991, p. 145). Comenta o autor que isso explica a maior integração morfológica e em maior número de campos lexicais de palavras de origem bântu, destacando também "a posição relativamente proeminente do grupo não-bântu, *benuê-kwa* nos dois últimos séculos (20% e 24%)" (id. *ibid*: 146).

Além do consenso da proeminência bântu, há um outro, na questão das línguas africanas no Brasil, que é a afirmativa de que seria impossível ter-se praticado *uma* língua africana no geral do Brasil. Pela razão muito bem formulada pelo lingüista Antônio HOUAISS:

... pelo tipo de escolha a que eram submetidos desde os portos negros até sua localização como mão-de-obra no Brasil, os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e lingüisticamente. (1985, p. 77-78)

Situação afirmada também pela historiadora Kátia MATTOSO:

A metrópole portuguesa adotou sempre a política de misturar as diferentes etnias africanas, para impedir a concentração de negros de uma mesma origem numa só capitania. (1990, p. 22)

Admite-se, contudo, que poderá ter havido uma língua geral bântu na área da mineração nos fins do século XVII e que se falariam

línguas africanas, sobretudo o yorubá, na cidade de Salvador, no século XIX.

A massa africana escravizada, chegada ao Brasil, e seus descendentes tiveram de aprender uma outra língua, na oralidade, sem normatização escolar, a língua dominante da colonização, a portuguesa, como afirma, com clareza, a historiadora Kátia MATTOSO:

O aprendizado do português, que se fez o idioma vernáculo dos escravos incapazes de se comunicar entre eles nas suas línguas respectivas, não pôde ser absorvido muito depressa e a língua torna-se verdadeira barreira entre os recém-chegados e os outros. (1990, p. 105)

É a mesma historiadora, que construiu e constrói sua obra com base no estudo sistemático de fontes arquivísticas, que apresenta alguns indícios de como teria sido aprendido pelo escravo a língua dos senhores. Em síntese, afirma (p. 112-113) que para o *escravo crioulo* o problema da língua não se apresenta, já que criado, desde pequeno, na língua dos seus senhores. O *africano* raramente encontra, em seu local de trabalho, outros de seu grupo lingüístico. Cabe ao senhor ou, com mais frequência, ao feitor a missão de ensinar ao recém desembarcado os rudimentos do idioma. O aprendizado também se faz com os seus companheiros de corvéia ou com o capelão, que não seria muito freqüente nas fazendas. Além disso os senhores não eram exigentes. Um conhecimento precário da língua, que permitisse a compreensão das ordens, é considerado suficiente na maioria dos casos. Destaca que no século XIX, as "vendias", ao redor das plantações de café serão um lugar onde a linguagem dos africanos se pôde enriquecer. Considera que só os escravos domésticos se tornam bilingües e, seus filhos, criados, na primeira infância, com os do senhor, aprendem melhor o português e empobrecem o seu conhecimento em relação à língua africana dos pais. Quanto à educação escolar do escravo, era totalmente proibida no Brasil até para os forros e isso perdura ainda na 2ª metade do século XIX, em plena desagregação do sistema servil escravista. Daí, conclui a autora, um fato lógico e distinto do que ocorreu nos Estados Unidos: a ausência de relatos de escravos - "o escravo brasileiro é um desconhecido, sem arquivos escritos. Não teve a oportunidade de falar de si mesmo" (p. 113)

O primeiro recenseamento geral do Brasil, em 1872, indica que 99.9% da população escrava era de analfabetos, numa população de 4.600.000 h, no geral também analfabeta: entre os livres 80%, se homem, e 86%, se mulheres, segundo o historiador Boris Fausto, na sua *História do Brasil* (1994, p. 237).

Deter-me-ei, brevemente, na questão da escolarização do Brasil, porque necessária à minha argumentação final. Afirma-se que ao fim do século XVIII haveria apenas 0,5% de letrados no Brasil (Houaiss, 1985). No recenseamento de 1872, antes referido, para além das taxas de analfabetos, apurou-se que, na população entre seis e quinze anos, apenas 16.8% freqüentavam escolas. Havia menos de 12 mil dos 4.600.000 h

em colégios secundários. Contudo chegava a 8.000 o número de pessoas com educação superior. A tal situação o historiador Boris Fausto designa de "abismo que separava a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente de educação rudimentar" (id. *ibid.*)

Dados estatísticos oficiais posteriores, entre 1890 e 1920 (cf. Ribeiro, 1999), indicam que em 1890, 1900 e 1920, tínhamos 85%, 75% e 75% de analfabetos. Chegamos assim à segunda década do século vinte com 75% de analfabetos. A situação atual, que já discuti em muitos trabalhos (cf. 1999b, por exemplo) mostra que menos de 20% da população brasileira atingem o 2º grau de escolaridade e somente 38% concluem a 1ª série do 1º grau. Admitindo-se como suficientemente letrados - avaliação otimista - os que concluem o 1º grau, ou seja, as quatro séries iniciais de escolarização, permanecemos na década de noventa deste século com menos de 20%.

Esta situação da escolarização, vista nessa perspectiva histórica, esclarece que o "abismo" referido pelo historiador Boris Fausto para 1872, persiste, já nesses anos noventa, um século depois: apenas 10% da população brasileira atual (162.000.000 h) alcançam o nível superior, ou seja, a universidade.

Essa questão antes sumarizada explica a *polarização sociolinguística* - feliz designação de Dante Lucchesi, em artigo de 1994 - que caracteriza o português brasileiro nos tempos que correm. Os avanços dos estudos sociolinguísticos no Brasil, a partir dos anos sessenta, demonstram uma realidade sincrônica que reflete a história do nosso passado e que permanece, mudado, contudo, os senhores. Essa *polarização* indica que no português brasileiro convivem *normas vernáculas* ou o *português popular brasileiro* e *normas cultas* ou o *português culto brasileiro* dos que atingem escolaridade de nível mais alto, para além da *norma padrão*, lusitanizante, ainda veiculada pelas gramáticas normativas, sendo impossível deixar de afirmar que, a interação social no Brasil, sociedade não segmentada em estamentos estanques, permite o trânsito entre falantes do português popular e do português culto, num entrecruzar-se de possibilidades que justifica a afirmativa da heterogeneidade social do português brasileiro.

Postas, em síntese, algumas das questões preliminares para uma compreensão histórica do português brasileiro, centrar-me-ei, para finalizar, no foco desta exposição.

3 Argumentos para uma interpretação: os africanos e afro-descendentes como principais difusores do português vernáculo brasileiro, variante social majoritária em nosso território nacional

Afirmei antes que até meados do século XVIII terá predominado um multilingüismo/multidialealismo generalizado no Brasil. A escolha de meados do século XVIII se funda, evidentemente, na política lingüístico-cultural pombalina, que torna o português língua oficial do

Brasil, expulsa os jesuítas que, nas suas aulas de catequese, davam suporte à *língua geral*, em detrimento do português, sobretudo, certamente, a amazônica, já que a paulista se diluía no *português colonial*, conforme evidência externada pelo historiador John Manuel Monteiro, antes referido. A massa escrava sucessiva para aqui trazida, desde a quarta década do século XVI até avançado o XIX, mesmo com a extinção do tráfico oficial em 1830, com suas 200/300 línguas teve, como vimos, de aprender a língua dos senhores, a partir de situações precárias de exposição à língua alvo, a portuguesa.

Em trabalhos anteriores (1998, 1999b), tenho proposto que no cenário colonial, os "atores" lingüísticos principais em concorrência seriam: as *línguas gerais indígenas*, o *português europeu* e o que tenho designado de *português geral brasileiro* em formação, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afro-descendentes que, num crescendo, serão de 42%, sobre uma população de 101.750 h ao fim do século XVI, conforme o historiador Jorge Couto, admitindo-se hoje, como admite Kátia Mattoso, que, com o tráfico aqui chegaram cerca de 3.500.000 (1990, p. 13) de escravos, montante que outros autores consideram exíguo, como Darcy Ribeiro (1995, p. 162), que propõe 6.353.000, através do que chama de demografia comparativa hipotética, chegados ao Brasil entre 1540 e 1860.

O brasilianista americano Robert Conrad no seu livro *Os últimos anos de escravatura no Brasil: 1870 - 1888* (1978[1972]) afirma que estatísticas mostram que

nos primeiros tempos mais da metade dos habitantes do Brasil (excluindo os índios que se encontravam à margem da vida nacional) eram escravos e que apenas uma pequena percentagem de pessoas de cor foi libertada após quase três séculos de escravidão. (p. 6)

Apresento uma adaptação resumida da Tabela 1 de seu livro (p. 344) em que estão dados significativos para o nosso foco:

	1798	1817/1818	1864
Total de livres (brancos, de cor, índios)	1.666.000	1.887.900	8.534.000
Total de escravos	1.582.000	1.930.000	1.715.000
População total	3.248.000	3.817.900	10.249.000

Tabela 1 (Dados parciais da Tabela 1 de Conrad, 1978[1972], p. 344)

As informações sobre demografia histórica mostram que no final do século XVI os escravos seriam 42%; às vésperas da Independência, 1818, seriam mais de 50% (cf. Tabela 1). Considerando esses extremos, sem aprofundar a curva do que se passou entre os fins do século XVI e 1822, a população escrava, africana e crioula, ficou, no período colonial, no patamar de 50%.

Retomando uma tabela sumarizada que já utilizei em outros trabalhos, retirada da pesquisa de Alberto MUSSA, tem-se um painel da formação populacional do Brasil, entre 1538 e 1890:

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	—	20%	21%	19%	13%
mulatos	—	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	—	5%	10%	17%	24%
européus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 2

(Fonte: MUSSA, 1991, p. 163)

Na Tabela 2, vê-se a constante africana e de afro-descendentes do século XVII ao XIX, no patamar de 60%; o decréscimo violento dos índios integrados (de 50% para 2%) e a presença de europeus e brancos brasileiros, num patamar de 30%, só elevado na 2ª metade do século XIX, quando da extinção do tráfico, coincidindo com a chegada de emigrantes da Europa e da Ásia.

Tânia Lobo (1996) reorganiza os dados de Mussa (cf. Tabela 3), deixando claro que os usuários mais prováveis do português europeu ou mais europeizado, portugueses e seus descendentes, constituíram menos de um terço da população convivente no Brasil. A maioria teve história lingüística familiar de língua não-portuguesa e, como mostra a Tabela 2, o decréscimo dos falantes indígenas é drasticamente constante e o montante populacional dos africanos e afro-descendentes é constantemente alto:

	etnias não-brancas	etnia branca
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Tabela 3

(Fonte: LOBO, 1996, p.16)

Os dados de Alberto Mussa são reforçados pela afirmativa do historiador Boris FAUSTO (1994, p. 135), com base no recenseamento de 1872: "do ponto de vista social, os dados relativos às principais províncias sugerem que os brancos [portugueses e seus descendentes] representam menos de 30% da população total ao fim do período colonial".

Diante desses dados demográficos se pode admitir que o forte candidato para a difusão do que tenho designado de *português geral brasileiro*, antecedente histórico do atualmente designado de *vernáculo* ou *português popular*, variante sociolingüística mais generalizada no Brasil, seriam os africanos e afro-descendentes, e não os indígenas autóctones, já que o *português brasileiro culto*, próprio hoje, em geral, aos de escolarização mais alta, será o descendente do português europeu ou mais europeizado das elites e dos segmentos mais altos da sociedade colonial.

Sabe-se que dados demográficos são um fator significativo para a compreensão da formação histórica das línguas; só ganham vida, contudo, se deles pudermos depreender a dinâmica das populações que usam essas línguas. Assim, com base nos dados estatísticos e estáticos antes apresentados, tecerei algumas considerações sobre a mobilidade geográfica dos escravos no Brasil e sobre a diversidade e multiplicidade de papéis sociais desempenhados pelo escravos, sempre papéis subalternos, é óbvio, mas constantes e necessários à sociedade que se constituiu em nosso território.

É consabido que o tráfico de escravos africanos está estreitamente vinculado à demanda de mão-de-obra. Também é consabido que os escravos sempre se concentraram nas chamadas grandes frentes de exploração econômica do processo colonial.

Assim se pode esboçar o percurso geral da escravidão brasileira: das lavouras canavieiras de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, sobretudo nos séculos XVI e XVII, para a mineração de ouro e de diamantes nas Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, dos fins do século XVII para o XVIII. Diminuindo a corrida de ouro e de diamantes, a mão-de-obra é atraída para o litoral, onde ocorre novo impulso açucareiro em áreas do Rio de Janeiro, atingindo até S. Paulo e, no século XIX, se concentra na área cafeeira do Vale do Paraíba, abrangendo áreas paulistas, do Rio e de Minas. Tendo sido também sempre o escravo adquirido para o cultivo de algodão, fumo, como no Maranhão; para a colheita de especiarias em áreas amazônicas e para as imensas regiões pastoris do Brasil, como os interiores nordestinos, desde o século XVI e já no século XIX para as charqueadas do Rio Grande do Sul (cf. MATTOSO, 1990, p. 23-24; 53-54; 108).

Nas palavras de Robert CONRAD:

os escravos eram obrigados a migrar e, por vezes, seus donos vendiam tudo o que tinham e partem com todos os seus trabalhadores para regiões mais promissoras. (1978, p. 64-65)

A depender da sua atividade servil, "escravos dos campos, das minas, dos sertões terão destinos diversos e viverão de maneiras muito diferentes suas relações com a sociedade que os obriga ao trabalho" (MATTOSO, 1990, p. 109).

Mesmo em regiões em que se considera pouco significativa a presença negra, isso não ocorre, como é o caso, por exemplo, de Santa Catarina. O historiador Oswaldo Cabral apresenta um *Quadro geral do crescimento populacional* (1994, p. 107), onde informa que, em 1810, do total da população da capitania, 30.339 h, 7.203 eram escravos e 23.136 livres (sem especificar se brancos, mulatos ou negros). Quase um terço era, portanto, escravo. Não dispõe o Autor de dados para antes de 1810; mas em 1874, os emigrantes já presentes, os escravos seriam apenas 10% (144.818 livres e 14.984 escravos, não se sabendo, dentre os livres, os que seriam afro-descendentes).

Segundo Robert CONRAD, a migração forçada dos escravos brasileiros, que se seguiu à supressão do tráfico africano oficial em 1830,

começou nas plantações, fazendas e cidades do norte, oeste e extremo sul e tem como alvo as plantações de café do Rio, Minas e de São Paulo.

O novo tráfico não era sem precedentes. Durante centenas de anos, os escravos, no Brasil, haviam sido movidos para regiões do país onde eram mais necessários e onde alcançavam melhores preços. (1978, p. 64-65)

A par dos escravos "migrantes", a depender do mercado, havia os escravos urbanos, apesar da pouca urbanização da colônia. Em 1820, apenas 7% da população vive nas cidades (MATTOSO, 1990, p. 109). Nelas cabe aos escravos o trabalho considerado vil para os brancos, embora sejam eles mais independentes diante do seu senhor do que os rurais - são artesãos, carregadores, pintores, marinheiros. Tal como os *escravos domésticos*, saem com seus tabuleiros de doces e rendas que vendem, propiciando lucros suplementares aos senhores (id. *ibid.*). Os múltiplos e pequenos, mas essenciais papéis desempenhados pelos escravos nas famílias dos colonizadores, tanto nos núcleos urbanos em formação como no mundo rural da colônia foram estudados por Mary Karasch, especialista no tema (cf. Silva (org.), 1994, s. v. *escravidão africana*).

Às vésperas da Independência, em 1819, a população escrava por região estava assim distribuída:

Regiões	1819 / população escrava
Norte	27.3%
Nordeste	33.0%
Leste	28.1%
Sul	28.9%
Centro-oeste	40.7%
Média	30%

Tabela 4 (Fonte: adaptação de Mattoso, 1990, p. 65)

Esses dados que não incluem livres de cor, indicam que, ao fim da colonização, há uma distribuição geográfica equilibrada da população escrava no Brasil, no contexto de uma dinâmica social, por um lado, própria a cada região, por outro, no geral do Brasil.

Robert Conrad, na sua pesquisa sobre os últimos anos de escravidão no Brasil, mostra que, às vésperas da abolição da escravidão, em 1884, a população escrava, considerando ele as 19 províncias do Império e o município neutro, se concentrava em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, graças sobretudo à migração do Nordeste para a área cafeeira. Resumo a seguir dados da Figura 5 de seu livro (1978, p. 81), em que destaco as províncias que ao findar o século XIX possuíam mais escravos, não mais o Centro-oeste e o Nordeste, como ao fim do período colonial (cf. Tabela 4):

Províncias	1884 / população escrava
Minas Gerais	310.000
Rio de Janeiro	260.000
São Paulo	160.000
Bahia	140.000
Pernambuco	80.000
Rio Grande do Sul	60.000
Maranhão	45.000

Tabela 5 (Fonte: Seleção da Figura 5 de CONRAD, 1978, p. 81)

As outras províncias estavam entre 30.000 e 10.000, destacando o Autor que, nessa altura, onde haveria menos escravos eram Mato Grosso e Rio Grande do Norte, com 5.000, em decorrência da situação econômica dessas áreas.

Em outros trabalhos (1998 e 1999b), tenho destacado também, como indício significativo para uma configuração da dinâmica social dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial, a questão dos negros nos chamados espaços ilegítimos da escravidão (cf. Reis e Gomes, 1996), ou seja, a história da resistência, nos *quilombos*, também chamados de *mocambos* e *ladeiras*, que apontam desde o século XVI e se multiplicam ao longo do período colonial, implementando-se com maior significação no século XIX. Nesses *espaços ilegítimos* em que se agrupavam negros, índios, fugitivos de qualquer etnia, inclusive portugueses e luso-descendentes, circulariam, sem dúvida, configurações lingüísticas diversas, a depender da composição de cada um deles e de sua localização no espaço territorial brasileiro. Contudo, ali também não poderia deixar de estar presente o que venho designando de *português geral brasileiro*, já que, para sua sobrevivência, esses quilombos se articulavam de algum modo com a sociedade "legítima", por razões de sobrevivência. Isso fica claro em alguns dos estudos da coletânea de J. J. Reis e F. dos Santos e também em Kátia MATTOSO:

... quase todos [os quilombos] que têm menos de uma centena de homens, estabelecem-se perto de um centro urbano, onde conta com numerosa cumplicidade (1990, p. 159).

A presença maciça dos africanos e afro-descendentes que a demografia histórica demonstra; a atuação constante dos escravos nas grandes frentes de economia da colonização; a mobilidade geográfica, decorrente das vicissitudes da vida econômica de seus senhores e da economia brasileira; os diversificados e múltiplos papéis por eles desempenhados na sociedade colonial rural e urbana; o significado social e lingüístico dos espaços ilegítimos da escravidão permitem embasar, penso eu, o meu ponto de vista interpretativo de que é esse segmento numeroso e operante - os africanos e afro-descendentes - o agente principal da difusão do português no território brasileiro, na sua face majoritária, a popular ou vernácula.

4 Algumas reflexões finais

Com a implementação dos estudos de historiadores, sociólogos e antropólogos sobre a sociedade que se constituiu e se constitui no Brasil; com os avanços da Linguística Moderna e Contemporânea que definem qualquer língua histórica como heterogênea ou diversificada em variantes dialetais correlacionáveis a configurações sociais, próprias à sociedade em que é usada, não se pode mais aceitar afirmativas tradicionais, como a do pioneiro e admirável Serafim da SILVA NETO, nos seus estudos da década de cinquenta deste século, em que, entendendo a "língua" como a sua variante padrão, ideologicamente prestigiada, firmava, no seu último trabalho sobre o tema:

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição reagiram contra ela. (1960, p. 21)

Posição ainda reafirmada em 1994, por um dos estudiosos do português brasileiro, o lingüista Sílvio ELIA:

A [língua] de maior prestígio era, sem contraste, a portuguesa. As línguas indígenas e africanas, por ágrafas, não tinham a Great Tradition, a que se refere Joshua Fishman. O português quinhentista... fizera-se uma língua poderosa de uma nação poderosa. Nos contactos com a loqüela inumerável de indígenas e africanos, a sua hegemonia seria fatal. (1994, v. 4, n. 2, p. 572)

Uma interpretação consentânea com a história social brasileira e com as concepções contemporâneas, quanto ao conceito de língua histórica, recusa tais pontos de vista. A língua portuguesa, na sua variante brasileira, predominantemente nas variantes populares e vernáculas, mas não apenas nelas, friso, deve as suas características inovadoras, em geral simplificadoras, em relação ao português europeu, tanto no plano sintático como fônico, à forma como foi aprendida pela massa populacional predominante ao longo do período colonial: como segunda língua; com modelos defectivos da língua alvo, a do colonizador, mas não tão defectivos que propiciassem a formação de um crioulo estável e generalizado; na oralidade; sem o controle normativo da escolarização, como busquei mostrar nesta exposição.

A *polarização sociolingüística* marca o português brasileiro e, sem dúvida, reflete a nossa história passada e que se projeta no presente. Os padrões constantes na heterogeneidade variável de suas realizações, que a Sociolingüística sobre o português vem demonstrando, sendo, certamente, a característica mais investigada a concordância variável de número, verbo-nominal e nominal, veja-se, por exemplo, o que afirmam Martha SCHERRE e Anthony NARO:

os processos variáveis de concordância de número no português vernacular do Brasil evidenciam um sistema perfeito, correlacionado a variáveis lingüísticas e sociais. (1997, p. 93-94)

esses padrões constantes, a meu ver, são herdeiros da forma como foi aprendido o português do colonizador, língua politicamente hegemônica, pela massa de africanos e afro-descendentes que majoritariamente se espalharam, na dinâmica do movimento migratório geográfico-social, pelo território brasileiro, como busquei demonstrar.

O esboço aqui apresentando é aplicável, a meu ver, ao geral do Brasil. Certamente pesquisas sistemáticas, nas diversificadas áreas geográfico-sociais de nosso território, tornarão mais precisas distinções que, esperamos, em futuro não longínquo, sejam feitas pelo *Projeto nacional para a história do português brasileiro*, coordenado por Ataliba de Castilho, estruturado em equipes regionais que se vêm constituindo, a partir de 1996, e assim se torne possível melhor e mais especificadamente aprofundar o conhecimento do passado do português brasileiro, considerando às variáveis próprias às diversas partes de nosso território nacional.

Abstract

In the context of the nowadays studies on the formation of Brazilian Portuguese, we present here an interpretation to the generalized diffusion of the Portuguese language in Brazil. Based on demographic data, geographic and social mobility related to the Africans and Afro-descendants and in the absence of scholarization of this numerous populational contingent, we propose that the so-called "Popular Brazilian Portuguese" owes its "formato" to the manner the Portuguese language was acquired by this meaningful populational segment that diffused it through Brazilian territory.

Keywords: historical linguistics; social history; Brazilian Portuguese formation.

Referências

BAXTER, Alan. O português vernáculo: morfossintaxe. In: PERL, M. e SCHWEGLER, A. (eds.) *América negra*. Panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas portuguesas y criollas. Berlim: Verwuert/Iberoamericano, 1998. p. 97-137.

BONVINI, Emilio e PETER, Margarida T. Portugais du Brésil et langues africaines. *Langages* (L'hyperlangue brésilienne), v. 130, p. 68-93, 1998.

- CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina*. 4ª. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1880*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978[1927].
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento e finais de quinhentos*. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1997.
- ELIA, Sílvio. Portugiesisch: Brasilianisch (O português do Brasil). In: HOLTUS, G. et alii (org.) *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. v. VI, n. 2. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. p. 559-575.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1994.
- GOMES, Mércio. *O futuro dos índios*. Carta, v 9, p. 61-74, 1993.
- HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.
- LIGHTFOOT, David. *The development of language. Acquisition, change and evolution*. Massachussets/Oxford: Blackwell, 1999.
- LOBO, Tânia. *A formação sócio-histórica do português brasileiro*. O estado da questão. Comunicação apresentada no XI Congresso da ALFAL. Gran Canaria, 1996. Mimeo.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v. 12, p. 17-28, 1994.
- LUCCHESI, Dante e BAXTER, Alan. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Revista Estudos Lingüísticos e Literários*, v. 19, p. 65-84, 1997.
- MATTOSE SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística no Brasil: em busca de indícios. In: MATTOSE SILVA, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro. Primeiros estudos*. v. II, 1998. (no prelo).
- MATTOSE SILVA, Rosa Virgínia. *A propósito das origens do português brasileiro*. Comunicação apresentada em Mesa Redonda no II Congresso Nacional da ABRALIN. Florianópolis, 1999a. (no prelo).
- MATTOSE SILVA, Rosa Virgínia. *Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revistados*. Conferência para Concurso de Titular de Língua Portuguesa. Salvador: IL-UFBa., 1999b. (inédita).
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990[1979]
- MEILLET, Antoine. *Esquisse pour une histoire de la langue latine*. Paris: Hachette, 1928.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MUSSA, Alberto B. N. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1991. Mimeo.

- NARO, Anthony e SCHERRE, Martha. Sobre as origens do português popular brasileiro. *D.E.L.T.A.* (nº. especial), p. 437-455, 1993.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de M. C. Buescu. Lisboa: IN-CM, 1975[1536].
- REIS, João José e GOMES, Flávio (orgs.). *Liberdade por fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Ilza. *A origem do português culto*. A escolarização. Comunicação apresentada no Encontro da UNIFACS. Salvador, 1999. Mimeo.
- RODRIGUES, Aryon. *Línguas brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.
- SCHERRE, Martha e NARO, Anthony. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Demerval (org.) *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 93-114.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- SILVA NETO, Serafim da. *A língua portuguesa no Brasil*. Problemas. Rio: Acadêmica, 1960.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Edição e comentário de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989[1587].
- TAYLOR, Gerald. Apontamentos sobre o nheengatu falado no Rio Negro. *Ameríndia*, v. 10, p. 5-24, 1998.